

**Perspectivas para o estudo das rebeliões indígenas na  
América Latina:  
Tupac Amaru II – entre novas categorias de análise e  
um relato de experiência**

**Perspectives for the study of indigenous  
rebellions in Latin America:  
Tupac Amaru II – between new categories of analysis  
and an experience report**

*Paulo Vitor Caetano Caixeta*<sup>1</sup>  
*Patrícia Emanuelle Nascimento*<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Licenciando em História pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: paulovitorcaetano3@gmail.com. Parte do TCC intitulado: Perspectivas para o estudo das Rebeliões Indígenas na América Latina: Tupac Amaru II – Entre novas categorias de análise e um Relato de Experiência, defendida no Instituto de História- INHIS, na Universidade Federal de Uberlândia-UFU.

<sup>2</sup> Professora adjunta no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás. Possui Graduação e Mestrado em História pela mesma Universidade. E-mail: patricia.nascimento@ufu.br.

**RESUMO:**

Por meio de uma abordagem decolonial e da História cultural, esse trabalho visa analisar a revolta de Tupac Amaru II a partir de outras questões que não sejam apenas econômicas, dando foco ao imaginário dos povos andinos e suas culturas. As trocas culturais realizadas entre os europeus e indígenas é outro ponto da análise presente no texto. Para além da parte teórica, visou contribuir com o ensino de História Indígena, por isso, exponho no texto um relato de experiência do estágio supervisionado IV do curso de História da UFU, momento em que trabalhei com os (as) alunos (as) do 7º ano do ESEBA a Revolta de Tupac Amaru II e preconceitos (problemática que está presente na sociedade brasileira) contra os povos indígenas. A respeito do método, foi realizada uma discussão bibliográfica de autores decoloniais que pesquisam a temática. Com tudo isso, foi possível inferir, por meio dessa pesquisa, que a figura de Tupac Amaru II é um exemplo do impacto dos povos indígenas na sociedade colonial bem como as reivindicações culturais da revolta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tupac Amaru II; Povos Indígenas; Decolonialidade; Relato de experiência.

**ABSTRACT:**

Through a decolonial and cultural History approach, this work aims to analyze the revolt of Tupac Amaru II from other issues that are not just economic, focusing on the imagination of the Andean peoples and their cultures. The cultural exchanges carried out between Europeans and indigenous people is another point of analysis present in the text. In addition to the theoretical part, I aim to contribute to the teaching of Indigenous History, therefore, I present in the text an experience report from the supervised internship IV of the History course at UFU, when I worked with the students of the 7th year of ESEBA, the Tupac Amaru II Revolt and prejudices (a problem that is present in Brazilian society) against indigenous peoples. Regarding the method, a bibliographical discussion of decolonial authors who research the topic was carried out. With all this, it was possible to infer, through this research, that the figure of Tupac Amaru II is an example of the impact of indigenous peoples on colonial society as well as the cultural demands of the revolt.

**KEYWORDS:** Tupac Amaru II; Indigenous Peoples; Decoloniality; Experience report.

## Introdução

Nesse artigo<sup>3</sup>, pretendo fomentar a criticidade bem como expandir o debate sobre a história das Américas, no caso específico dessa análise, a história andina. O movimento de repensar essa historicidade aparece no livro “*História das Américas- Novas Perspectivas*” onde já na introdução do texto a autora Cecília Azevedo define o pensamento crítico e a ampliação de pesquisadores na área como um dos objetivos da obra. “Particularmente buscamos incentivar o pensamento crítico e a formação de pesquisadores em história das Américas”. (AZEVEDO; RAMINELLI, 2011, p.3).

Entretanto, não se procura apenas estimular novos pesquisadores da área, mas contribuir efetivamente com as pesquisas de história indígena, principalmente no que tange a história cultural. Desse modo, os conceitos tempo andino e tempo panóptico serão abordados para refletir sobre as culturas indígenas, sua força de mobilização das massas, os preconceitos criados com o passar do tempo sobre esses povos e consequentemente suas culturas.

Em linhas gerais, busco compreender e valorizar (até mesmo para romper com os preconceitos existentes) as culturas ameríndias, combatendo a visão colonial sobre esses povos, por isso, a decolonialidade como cabedal teórico-metodológico ajudará bastante nesse processo. “O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade”. (MIGNOLO, 2017, p.6).

Para alcançar esse objetivo, promovo uma discussão bibliográfica sobre a revolta andina setecentista, liderada por José Gabriel Condorcanqui (também conhecido como Tupac Amaru II), analisando como a cultura e o imaginário dos povos andinos foram agentes fundamentais para as ações rebeldes. Os andinos do século XVII, lutaram contra a opressão espanhola com o objetivo de melhorarem suas condições de vida, mas também para manterem suas culturas vivas. Através do estudo da revolta, é possível perceber a influência dos indígenas em seus contextos históricos, longe de serem

---

<sup>3</sup> Este artigo, originalmente, foi defendido como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção diploma de Licenciatura em História na Universidade Federal de Uberlândia. Neste espaço ele está apresentado com algumas modificações em relação ao texto original a fim de adequar à proposta da Revista.

sujeitos passivos à colonização europeia, esses povos impactaram amplamente as dinâmicas econômicas, culturais e sociais das Américas. Outrossim, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre história cultural, tratarei conceitos como milenarismos e idolatrias pensados a partir de uma perspectiva decolonial de resistência, pois acredito na necessidade de trabalhar esse tema problematizando o eurocentrismo.

Na análise da revolta, foi adotada uma abordagem decolonial a fim de perceber os silenciamentos exercidos pela modernidade europeia. Procura-se com isso buscar o que foi esquecido pela história, perspectivas deixadas de lado pela historiografia. Entendo que a decolonialidade coloca em pauta, pensamentos acobertados ou pouco discutidos, contribuindo assim, para uma formação mais ampla e crítica dos indivíduos. Resumindo, essa abordagem coloca em questão o eurocentrismo, ao estabelecer novos contatos com a história. “Dessa forma, a crítica é a contramão do eurocentrismo, não no sentido de “nadar” contra a corrente, mas o caminho de volta no resgate e busca do que ficou perdido e necessita ser desvelado pela crítica.” (BORGES, 2017, p.2).

Por fim, relato uma experiência de Estágio Supervisionado na escola de educação básica da UFU (ESEBA), onde discuti com os alunos do 7º ano, questões como os preconceitos existentes contra os povos indígenas na atual sociedade brasileira além de explicitar a revolta de Tupac Amaru II. Utilizando a abordagem decolonial, a aula tinha como objetivo mostrar aos discentes indígenas que fugiam dos estereótipos historicamente colocados; foi possível perceber por meio da aula, a atuação dos andinos na sociedade colonial, reivindicando melhorias para suas aldeias e lutando pela sobrevivência de suas culturas, ou seja, sendo agentes da história, sujeitos capazes de mudar o espaço em que vivem.

A parte prática da pesquisa, realizada no âmbito escolar, é uma tentativa de disseminar a abordagem decolonial para o ensino escolar de História no Brasil. Acredito na importância de discutir essas questões com os (as) estudantes da educação básica, para que desenvolvam um pensamento crítico, capaz de compreender os povos indígenas como sujeitos históricos.

## **Renovação historiográfica e reinterpretções da rebelião andina de Tupac Amaru II**

Primeiramente, antes de promover reflexões, é preciso conceituar a decolonialidade, já que essa abordagem teórico-metodológica norteia todos os pontos mobilizados no texto. Desde o início da colonização das Américas, realizada por diversas sociedades do continente europeu, os povos originários que povoavam a região foram explorados/reprimidos excessivamente. Tal opressão, em suas diversas facetas se desenvolveu de forma estrutural durante colonização europeia. Contudo, a repressão, promovida pelos colonizadores (é possível utilizar o termo colonialidade para se referir a essa violência/violências), está presente na perspectiva histórica que o ocidente produziu sobre o mundo e consequentemente, sobre esses povos.

Em suma, pode-se inferir que até o século XX, a forma como se estudava a história dos povos indígenas estava direcionada ao pensamento dos colonizadores. Por isso ocorreram “silenciamentos” e apagamentos da história dos povos originários, pois a historiografia ocidental suprimiu esses aspectos da colonização, dando enfoque as interpretações europeias da história. Isso fez parte de um projeto político de desestruturação, realizado nas Américas contra as populações indígenas.

Com o intuito de quebrar com essa perspectiva, trazendo à tona, como esses povos que resistiram a colonização pensam sua história e os processos históricos vivenciados ao longo do tempo, surge no mesmo século a abordagem decolonial, capaz de proporcionar novos olhares para a historiografia.

A decolonialidade não é uma abordagem nova, pois ela existe desde a imposição da colonização e escravização dos povos americanos, africanos e asiáticos. A decolonização pauta-se em eixos permanentes de luta dos diversos povos dominados/explorados contra a violência estrutural pensada, assumida e realizada pelas elites nacionais como projeto político, social, cultural, religioso, econômico e epistêmico para subjugar e dominar os povos não europeu (PAIM; ARAÚJO, 2021, p.35).

Dessa forma, as análises a respeito da revolta setecentista de Tupac Amaru II, tem como base essa necessidade, de apresentar pontos de vistas diferentes sobre a história, nesse caso, dos povos andinos.

Até a década de 70, os estudos sobre os povos andinos do período colonial recebiam uma tratativa alicerçada num modelo de historiografia tradicional, visto que interpretavam as rebeliões setecentistas como “ações pioneiras” da independência das Américas. Em suma, o foco das investigações estava mais nos efeitos dos

acontecimentos do que nas ambições dos revoltosos. Tal historiografia do século XX analisava também as conexões existentes entre os criollos e andinos (mesmo que tenham sido limitadas).

Para compreender os numerosos agrupamentos indígenas, utilizava-se a perspectiva econômica, dessa forma, a exploração colonial mostrava-se como o ponto condutor das rebeliões. O preço excessivo das tarifas cobradas sobre o trabalho braçal andino como as “mitas” e a violência dos “obrajes” são exemplos disso. Ou seja, para essa corrente historiográfica, a economia das metrópoles sustentada pela repressão, era o principal motivo dos conflitos.

Nos anos subsequentes, ocorreu uma mudança significativa nas pesquisas indigenistas. Contrapondo os trabalhos anteriores, buscaram encontrar outras causas para as rebeliões andinas nas Américas setecentistas que não fossem apenas econômicas. Em decorrência disso, levaram em consideração o aspecto cultural daqueles conflitos. As revoltas demonstravam reivindicações que se moviam muito além do mundo concreto, da repressão física; pois envolvia também as mentalidades e o imaginário indígena.

Com base nesse novo olhar, o Peru foi considerado o local onde as necessidades culturais dos rebeldes foram de maneira mais intensa, transformadas em ações. Com isso, desenha-se a região peruana como espaço de discussão, da perspectiva cultural dos movimentos. “O Peru propicia a discussão de uma série de questões fundamentais para o estudo da crise do sistema colonial ibero-americano e, com particular ênfase, para o estudo da face cultural desta crise.” (GOUVÊA, 1993, p.4).

Com o objetivo de ampliar o debate relativo aos confrontos indígenas, essa pesquisa apoiou-se nas reinterpretações historiográficas que se desenvolvem a partir, principalmente, da década de 1980, portanto, focando a resistência indígena por meio de sua agência no entrecruzamento de aspectos culturais e das estratégias etnopolíticas configuradas a partir de uma perspectiva decolonial. Esse trabalho foi realizado por meio de uma análise mais diversa daquele período, analisando a História cultural e imaginária.

**Resistência indígena: identidade e imaginário andino – etnogênese, milenarismos e idolatria.**

Continuando minhas reflexões sobre o tema, a abordagem analítica é crucial para a compreensão das culturas e revoltas indígenas setecentistas, sendo ela a etnogênese. Em suma, a etnogênese diz respeito a reconfiguração de indivíduos e conseqüentemente de suas culturas, a partir de novos contatos e processos históricos impactantes. As sociedades indígenas se enquadram nesse conceito, na medida em que sofreram mudanças significativas ao se encontrarem com os europeus. Desde a invasão hispânica e lusa nas Américas no final do século XV até os dias de hoje os povos indígenas resistiram à dominação europeia de diferentes formas, conservando suas culturas ou assimilando aspectos das culturas europeias.

“Bocara demonstra que estudos recentes enfatizam a capacidade de adaptação e de criação das sociedades indígenas e empregam a possibilidade de novas configurações sociais sob processos de fricção e fusão da conquista, assim como a incorporação de elementos estranhos a uma cultura.” (PAIVA, 2009, p.3).

Nesse contexto de choques culturais, é possível inferir que as visões de mundo dos indígenas foram um componente cultural importantíssimo para as revoltas, sendo exemplificadas pelas idolatrias e os milenarismos. Em seu texto, *“Idolatrias e Milenarismos: a resistência indígena nas Américas”*, Ronaldo Vainfas trata esse assunto além de definir os dois tipos de idolatria existentes, sendo eles as idolatrias ajustadas e insurgentes.

Em primeiro plano, antes de expor as formas de idolatria, é necessário conceituá-la, pois afinal, o que é idolatria? Como já foi dito anteriormente, são visões de mundo, mas que para além disso, expressam, sobretudo, a resistência das práticas culturais indígenas, num cenário de extrema imposição do modelo social europeu (realizada na catequese e na exploração do dia a dia).

Prestando como um atenuante, pode-se dizer, a classificação das idolatrias ajuda na compreensão dessas práticas, mostrando sua variedade. A idolatria ajustada, de acordo com o autor, se estabelecia pelo interior da sociedade, ou melhor dizendo, através das circunstâncias do meio. Ademais, era realizada em segredo, longe do olhar dos colonizadores, isso era feito para evitar embates e por conseguintes represálias. Ao não provocar a atenção, também não desafiava o poder dos repressores. Essa manifestação cultural indígena se dava sem contestação à dominação hispânica.

“Refiro-me às práticas em que o indígena mostrava-se apegado ao passado e à tradição sem desafiar frontalmente quer a exploração colonial, quer o primado do cristianismo.” (VAINFAS, 1992, p.2).

Essas ações se davam principalmente no ambiente privado, nas casas desses indivíduos. Nesse local, efetuavam cerimônias tradicionais, nomeavam seus filhos de acordo com o modo indígena, consultavam divindades e calendários da cultura andina. Enfim, o acesso as cosmovisões de seus povos se davam constantemente nesse espaço. Outro campo de contato com os costumes dos povos originários era o trabalho, principalmente de autossustento, quando os indígenas intercediam às suas divindades para compreender os fenômenos da natureza.

Ao contrário das idolatrias ajustadas, o outro tipo de resistência acontecia de forma direta. Com um discurso hostil a respeito da cultura europeia, as idolatrias insurgentes eram caracterizadas, principalmente, pelos conflitos armados contra os espanhóis. Um exemplo disso são os movimentos do império neo-inca entre 1530 a 1572 de Vilcabamba e Vitcos, uma rebelião peruana armada que visava o extermínio ou a dispersão dos europeus invasores. O resultado do embate não foi favorável aos revoltosos, visto que após a morte de Tupac Amaru em 1572, o último líder ainda vivo, a revolta terminou.

Após comentar a respeito das idolatrias, o milenarismo mostra-se como outro conceito relevante para o debate. Pode-se dizer que os mitos de criação de mundo, das divindades e heróis indígenas fazem parte das idolatrias e representavam a cultura andina. Essas interlocuções com o passado que reavivam costumes e práticas arcaicas são a base do milenarismo. Dessa forma, tal linha de pensamento tinha como objetivo a preservação de uma cultura tradicional indígena que podia ser acessada através de suas histórias mitológicas.

Entretanto, os movimentos milenaristas dos andinos não foram capazes de conservar apenas elementos culturais dos povos originários, pelo contrário, houve trocas intensas de influências com as sociedades ocidentais cristãs (agentes opressores). A conexão referenciada contribuiu diretamente para a construção dos mitos e da cultura indígena no geral. Em decorrência disso, é impossível discutir os aspectos culturais dos povos andinos sem falar da influência europeia.

O mito Inkarrí fez parte da tradição indígena do século XVII e foi um instrumento da revolta de Tupac Amaru II realizada no Peru nesse mesmo período. De

acordo com a mitologia, após a morte de Tupac Amaru, seu corpo alojado embaixo da terra estava em reconstrução, juntamente com a cultura inca. No momento apropriado, Inkarrí, o “Criador” dos incas, iria surgir na figura de um agente histórico qualificado, apto a recuperar o império incaico e sua cultura.

Pertencente ao seu tempo, essa “retomada” às origens estava ancorada nas circunstâncias do presente histórico, já que a cultura inca recuperaria suas forças junto com novas características: a cultura europeia. Portanto, referenciando termos utilizados por Gouveia, é possível observar nessa narrativa mitológica relações de recuperação e reconstrução, que elaboraram efetivamente o imaginário indígena setecentista.

“A ideia de recuperación, entretanto, não se confundia com a mera restauração de um passado perdido, mas indicava a construção de uma nova ordem. “Este império surgiria transformado e profundamente marcado por aspectos da religião cristã, particularmente com referência ao seu caráter messiânico de recuperação de “uma vida sem mal.” (GOUVÊA, 1993, p.5).

José Gabriel Condorcanqui, conhecido como Tupac Amaru II, utilizou-se do mito de Inkarrí, para fomentar movimentos indígenas contra a dominação espanhola. Líder de revoltas setecentistas na região do Peru, acreditava ser o último herdeiro legítimo do império inca, sendo assim, o combatente capaz de restaurar a cultura andina no local. É perceptível a conexão entre milenarismo, idolatria, resistência e cultura nessa revolta, mostrando mais uma vez a importância desses pontos para o estudo dos povos originários.

Portanto, é verossímil dizer que o milenarismo é um fenômeno de etnogênese, já que sua construção ocorre por meio de uma reconfiguração indígena que apropria e faz manejos de elementos culturais europeus. O imaginário indígena, foi um fator fundamental para as revoltas setecentistas como a de Tupac Amaru II, pois reconhecia a necessidade de libertação física dos andinos e de suas culturas. Todavia, a reivindicação pela liberdade, não apagava as assimilações culturais dos povos envolvidos nesse conflito. O novo império inca, reformulado pelos indígenas setecentistas, possuía características cristãs e mostrava-se “subserviente” a cora espanhola.

“Nesse sentido, essas “permanências” da cultura andina não surgiam desconectadas da realidade andina do século XVIII, na medida em que a figura do Inca e a do Rei Carlos III não eram contraditórias e nem excludentes” (GOUVÊA, 1993, p.5)

Em síntese, as culturas incaicas e europeias ocupavam o imaginário indígena de forma convergente.

### **Giro decolonial e temporalidades: tempo andino x tempo panóptico**

O “Giro decolonial” é um termo utilizado por Nelson Maldonado Torres que se mostra muito importante para a minha análise, uma vez que ele diz respeito à resistência prática e teórica sobre a ideia de que o sistema colonial modernizou as Américas.

“Giro decolonial é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p.15).

A visão eurocêntrica foi um agente importante para a disseminação dessa concepção de colonialidade atrelada a modernidade, visto que o eurocentrismo (história focada na perspectiva europeia dos acontecimentos) disseminou a ideia de uma suposta superioridade europeia sobre os outros povos. Uma forma de compreender a solidificação desse olhar, ocorre com o estudo dos conceitos “Tempo panóptico” e “Espaço Anacrônico” trabalhados no livro *“Couro imperial raça, gênero e sexualidade no embate colonial”* de Anne Mc Clintock.

Primeiramente, o “tempo panóptico” refere-se a uma única visão de mundo espelhada sobre a realidade. Nesse contexto, o colonialismo caracterizado pela imposição cultural dos europeus sobre outros povos vai ao encontro do conceito de “tempo panóptico”. Em suma, a característica primordial desse termo, consiste na criação de uma “História global” anulante das culturas não europeias. “Por tempo panóptico, refiro-me à imagem da história global consumida- com um olhar- num único espetáculo a partir de um ponto de invisibilidade privilegiada” (MCCLINTOCK, 2010, p.16).

Contribuindo com essa visão, o termo “espaço anacrônico” também formulado pelos europeus, diz respeito ao congelamento de certos indivíduos no tempo. Desse modo, no século XIX se pensava que os povos colonizados (indígenas), mulheres e

operários, eram sujeitos inferiores, habitantes de um espaço próprio, onde não conseguiam acompanhar a modernidade europeia, estavam assim, presos pelo tempo:

“Dentro desse tropo, a atuação das mulheres, dos colonizados e da classe trabalhadora é negada e projetada num espaço anacrônico: pré-histórico, atávico e irracional, inerentemente deslocado no tempo histórico da modernidade” (MCCLINTOCK, 2010, p.19).

Em contraposição a esse pensamento, o conceito de “**tempo andino**” (mobilizado pelos povos originários do Andes) oferece ferramentas para o estudo da história indígena e especificamente da revolta de Tupac Amaru II bem como torna perceptível a riqueza cultural desses povos, que deve ser valorizada através de análises capazes de quebrar com os estereótipos pejorativos, reproduzidos nos conceitos acima. Tal conceito faz referência às ações do deus criador que interferia no mundo, com “cataclismas” para eliminar a opressão europeia.

“Ou seja, um "tempo" marcado por mudanças temporais em termos de uma série de pachacutis, ou cataclismos, acionados pelo deus criador da civilização dos Andes, que trabalharia pela eliminação das injustiças então presentes.” (GOUVÊA, 1993, p.5 - 6).

Entretanto, como foi elaborado em um contexto caracterizado por assimilações e manutenções culturais, o tempo andino possuía características europeias e andinas.

Essas temporalidades exemplificam, de certa forma, como os povos europeus e indígenas concebiam suas relações. Para os indígenas, a relação com os europeus, no âmbito cultural, mostrava-se como um momento de “trocas”, já que os elementos culturais da Europa foram incorporados na temporalidade andina sem distinção de valor, isto é, não foram inferiorizados perante a cultura andina. Contudo, não é possível observar esse movimento por parte dos espanhóis, portugueses e ingleses. Pelo contrário, para esses povos as culturas indígenas não estavam em “pé de igualdade” com as culturas europeias, eram inferiores e habitavam um lugar imóvel, ou seja, incapazes de se modificarem.

### **Reformas borbônicas: um acontecimento importante para compreender a atuação dos povos indígenas no seu tempo**

Tendo como base o texto “*Os índios e as reformas borbônicas: entre o despotismo e o consenso*”, escrito por Elisa Fruhauf Garcia, presente no livro “*História*

*das Américas: Novas perspectivas*”, esse tópico tem como objetivo identificar os povos indígenas como sujeitos históricos, atuantes na sua conjuntura histórica. Concomitantemente à eclosão da revolta foram criadas várias normas por parte dos europeus que deveriam ser seguidas pelos habitantes das colônias. Intituladas como reformas borbônicas, esses atos impactaram amplamente a vida dos indígenas e tinham como objetivo assegurar o domínio espanhol nas Américas, devido ao grande número de riquezas materiais presentes naquelas terras.

Para os espanhóis, esses povos deveriam contribuir para a conquista europeia da região, porém não seriam integrados à sociedade colonial. Todavia, isso não ocorreu na prática, visto que os povos indígenas estavam constantemente em contato com os povos europeus, mesmo que houvesse uma tentativa de exclusão desses povos presente até mesmo na estrutura das cidades coloniais pois grande parte dos indígenas morava nas regiões mais afastadas dos centros urbanos.

Dentro dessa lógica de exploração colonial, os indígenas possuíam algumas garantias como, por exemplo, a posse de suas terras comunais. Com as reformas borbônicas, tais direitos foram colocados em questão, já que essas medidas visavam transformar as terras comunais em terras privadas além da obrigatoriedade do idioma espanhol sobre as línguas nativas. Em suma, uma característica central desses atos estava no apagamento do indígena e de sua categoria jurídica naquela sociedade.

Entretanto, mesmo inseridos em um ambiente de opressão constante, os povos indígenas não observaram passivamente as ações dos europeus, pelo contrário, o poder de negociação desses grupos foi de extrema importância para que as reformas borbônicas não fossem aplicadas de forma impositiva. Os conflitos de interesses entre esses inúmeros grupos que habitavam as Américas foram resolvidos por meio de concessões, restrições e disputas. A obrigatoriedade do idioma espanhol, por exemplo, não foi uma norma respeitada das medidas borbônicas, levando a sua revogação, isso ocorreu através da luta de indígenas, para que seus interesses fossem reconhecidos. “Assim, mais do que a mera aplicação truculenta de reformas delineadas na Corte, os Bourbons adotaram largamente a política e a negociação como forma de lidar com a população nativa” (GARCIA, 2011, p.6).

A busca por atender seus interesses fazia com que vários ameríndios atuassem em favor de grupos diferentes e de formas diversas, desde que oferecesse algum benefício. Os apaches (indígenas habitantes do sul do Chile) em momentos que

trocavam mercadorias, normalmente peles por milho, mostravam-se bastante pacíficos, porém, era comum furtarem animais de missões. Dessa forma, pode-se perceber o quadro diverso das relações que existiam num mesmo espaço. Além disso, é possível inferir que as ações dos indígenas possuíam grande impacto na sociedade colonial.

Ao realizar serviços aos europeus como o pagamento de tributos, os indígenas também analisavam a situação com o intuito de elaborar estratégias de sobrevivência ou apenas agir da forma mais vantajosa. Em certas ocasiões, como nas séries de levantes de 1780, a revolta pareceu a melhor forma de lidar com os dilemas presentes naquela conjuntura.

Assim como Tupac Amaru II, o levante em Chayanta no alto Peru, liderado por Tomas Katari, alertava sobre problemáticas vividas pelos indígenas daquele local, nesse caso, o agravante era a cobrança de tributos excessivos realizados por caciques considerados ilegítimos. Ao contar a Audiência de Charcas sobre os abusos que estavam sendo cometidos, algumas das denúncias de Katari foram ouvidas. Todavia, o corregedor Joaquín Alós se recusou a atendê-las.

Em decorrência disso, o vice-rei Juan José de Vértiz, ordenou que a Audiência tornasse Thomas Katari o novo cobrador de tributos e impediu que Alós participasse desse processo de nomeação. Para o infortúnio dos indígenas, Thomas Katari não foi nomeado recolhedor de tributos e sim preso várias vezes sob a justificativa de que o documento produzido pelo Vice-rei (comprovante de que atestava as exigências da Coroa) era falso. Por fim, foi morto em um conflito entre espanhóis e indígenas.

Nessa situação, pode-se pensar em outras motivações para as revoltas indígenas que não sejam apenas a cobrança de tributos. Tal afirmativa é importante já que de acordo com Sérgio Serulnikov (apud GARCIA, 2011) a ideia de que as revoltas estavam apenas relacionadas aos tributos, foi utilizada pelos europeus para banalizar os indígenas e suas motivações.

Por isso, para além dessa problemática, as revoltas se mostram como um conflito de interesses de grupos diversos. Ademais, como já foi dito anteriormente, na revolta de Tupac Amaru II, está presente uma reivindicação sobre a cultura andina, para que ocupasse espaço na sociedade colonial, sendo respeitada e difundida, já que ele queria que a cultura andina “renascesse”. Portanto, o espectro de ação dos indígenas não se repousa apenas em questões econômicas, mas também culturais ou outros interesses diversos, como é possível perceber no combate as medidas bourbônicas e nas revoltas.

Para concluir, enfatizo que os povos indígenas impactaram diretamente as sociedades em que estavam inseridos.

### **Relato de experiência do estágio supervisionado IV: a resistência como forma de combater preconceitos**

No dia 17 de maio de 2023, em uma quarta-feira as 8:20h, realizei uma regência durante a disciplina de Estágio supervisionado IV do curso de História da UFU, com os alunos da escola de educação básica (ESEBA) da UFU no município de Uberlândia, na turma de 7º ano da professora Roberta Paula Gomes Silva. Com o tema *“Novos olhares sobre os povos indígenas: A resistência como forma de combater o preconceito”*, a aula por meio de uma abordagem decolonial da história, buscava problematizar os preconceitos existentes contra os povos indígenas e mostrar aos alunos que por meio de uma resistência armada, inúmeros indígenas conseguiram lutar pelos seus interesses e romper estereótipos.

Em primeiro plano, antes de relatar os acontecimentos da aula, é preciso salientar que a professora Roberta Paula Gomes Silva já estava desenvolvendo algumas atividades com os (as) estudantes sobre os povos indígenas nas Américas. Na aula anterior à minha regência de estágio, a docente transmitiu um vídeo sobre as sociedades indígenas, que retratava a cultura e as estruturas sociais de povos originários conhecidos como os Incas, Maias e Astecas. Ademais, a ESEBA realizou um projeto com escolas indígenas e outras instituições do estado de Goiás, que consistia na elaboração de vídeos por parte dos (as) alunos (as), relatando como são suas rotinas na escola. A turma onde elaborei minha aula fazia parte desse projeto e, por isso, já possuíam conhecimentos sobre a temática indígena. Enfim, é possível afirmar que o contexto da minha regência, apresentava condições favoráveis para as discussões realizadas.

Para começar a aula, perguntei aos alunos se eles sabiam o significado da palavra preconceito. Em grande número, eles responderam à pergunta dizendo ser um juízo de valor sobre povos e culturas que na maior parte das vezes é simplificado e pejorativo. A partir das respostas dos (as) estudantes, afirmei que os povos indígenas sofreram/sofrem preconceitos e para legitimar essa constatação foram trabalhados alguns trechos da carta de Pero Vaz de Caminha (escrivão das embarcações de Pedro

Álvares Cabral) e da fala de Francisco Gê de Acaiba, deputado da Bahia na Assembleia Constituinte de 1823.

Nos trechos citados, é possível perceber que os dois sujeitos tratam os povos indígenas como seres inferiores, que precisam ser salvos pela cultura europeia (Pero Vaz de Caminha) ou integrados à “civilização” brasileira que estava nascendo no século XIX após um longo período de subordinação as vontades portuguesas (Francisco Gê de Acaiba). Com isso, pode-se perceber a presença de preconceitos contra os povos indígenas desde os primeiros contatos com os europeus. Essa discussão teve como intuito, mostrar aos alunos que o preconceito é um processo histórico, isto é, ele foi sendo construído ao longo do tempo, marcando a vida dos indígenas durante toda a colonização e após a dominação europeia nas Américas.

Além de explicitar o preconceito como um processo histórico, a ideia de uma suposta “superioridade europeia” (pela falta de tempo o conceito de eurocentrismo não foi abordado na aula) sobre outros povos fora mobilizada durante a aula, dado que esse pensamento justificou os preconceitos criados contra os indígenas assim como legitimou a invasão europeia nas Américas. Utilizando do método “freiriano” de diálogo/comunicação, onde o (a) professor (a) busca por meio da conversação ensinar e aprender, esse tema foi discutido com os (as) estudantes. “O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. ” (FREIRE,1996, p.21).

Alguns alunos acreditavam que os europeus eram mais evoluídos por terem dominado as regiões onde grande parte dos povos indígenas vivia/vivem. Entretanto, com as nossas discussões, os (as) estudantes começaram a refletir que cada cultura possui características e conhecimentos, que se desenvolveram a partir de suas próprias questões e não são superiores ou inferiores, nesse momento, alguns discentes lembraram do vídeo que a professora Roberta transmitira na aula anterior, onde foi apresentando tecnologias, conhecimentos e as culturas de povos indígenas que habitavam as Américas antes da chegada dos europeus. Um discente relatou a riqueza desses conhecimentos e com isso uma necessidade de enaltecê-los.

Dessa forma, não é verossímil dizer que os europeus são povos superiores, mas sim que tinham um conhecimento bélico/material aprimorado, responsável pelas vitórias armadas sobre os povos indígenas durante a colonização (além do grande

número de doenças que foram trazidas do continente europeu, que ceifaram a vida de milhares de indígenas). No entanto, o conhecimento bélico dos europeus, por si só, não foi garantia de uma vantagem colonizadora, isso porque o empreendimento colonial dependeu em larga medida da colaboração, dos conhecimentos e das alianças com os povos indígenas.

Com a intenção de expor a existência de preconceitos contra indígenas na contemporaneidade, perguntei aos alunos o que eles já ouviram falar sobre os povos indígenas. As respostas esboçaram preconceitos que são disseminados constantemente contra essas populações, como, por exemplo, indígenas que usam celulares não são indígenas, os povos indígenas são selvagens, vivem isolados da sociedade, são preguiçosos etc. Após suas falas, mostrei no quadro um slide que apresentava um dado veiculado pelo G1 sobre garimpos ilegais em terras indígenas. De acordo com a reportagem do site o aumento foi de 787% entre 2016 e 2022.<sup>4</sup> Mediante a essa informação e as falas dos (as) alunos (as), relatei que o preconceito se mostra bastante presente na sociedade brasileira atual além de ações criminosas contra os povos indígenas, ou seja, o preconceito não se restringe apenas a fala, ele recebe materialidade através de ações, como por exemplo, os garimpos ilegais em terras indígenas, que destroem o local onde esses povos vivem e a biodiversidade do país.

Concluída a primeira parte da aula, sobre a formação dos preconceitos contra os povos indígenas e sua presença na contemporaneidade, narrei para os (as) estudantes a revolta de Tupac Amaru II. Dentro de um contexto de extrema exploração, com o aumento de espanhóis (chape-tones) nas colônias devido às reformas borbônicas, a grande revolta indígena do século XVII capitaneada por José Gabriel Condorcanqui foi uma tentativa de assegurar melhores condições de vida para esses sujeitos e de garantir a sobrevivência da cultura incaica, uma vez que Tupac Amaru II queria que a nobreza inca fosse respeitada.

Ao relatar a revolta, os (as) estudantes entraram em contato com indígenas que quebram com os estereótipos existentes. Os indígenas nessa história lutaram bravamente contra a dominação espanhola, não foram seres passivos, habitantes

---

<sup>4</sup> Garimpo aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/02/11/garimpo-aumenta-787percent-em-terras-indigenas-entre-2016-e-2022-aponta-inpe-infografico.ghtml>>. Acesso em 25/05/2023

de um “espaço anacrônico”, de não ação, pelo contrário, a revolta mostra a presença desses povos em seu tempo.

Outro ponto interessante abordado na aula após a explicação da revolta são as trocas culturais presentes nas relações entre indígenas e europeus. Esses povos realizaram trocas culturais expressivas, criando um tipo de sociabilidade própria da região. Isso se mostrava nas intenções de Tupac Amaru II, uma vez que ele não era contra a coroa espanhola. Os conceitos de etnogênese e milenarismos, importantes para a compreensão desse tema e que foram amplamente trabalhados nessa pesquisa, infelizmente, não foram mobilizados na aula.

Por último, enfatizei a necessidade de olharmos para a História dos povos indígenas de uma forma diferente, não a partir da perspectiva do europeu de domínio e sim das resistências indígenas, como por exemplo a de Tupac Amaru II. Essa mudança de perspectiva, é fundamental para ampliar a visão dos (as) discentes sobre a História e os sujeitos que atuaram nela, com um trabalho mais contínuo e de longo prazo (que deve ser realizado no ensino de História no Brasil), será possível entender os conhecimentos, contribuições e motivações de inúmeros povos, silenciados pela historiografia europeia por anos e que são pouco retratados nas escolas brasileiras até os dias de hoje.

### **Considerações finais**

Portanto, através desse trabalho é possível dizer que as pesquisas sobre História das Américas e, sobretudo, da História dos povos indígenas é fundamental para os estudos decoloniais. Tal tema, por muito tempo foi “esquecido” ou tratado de forma enviesada devido ao “eurocentrismo”, por isso, acredito que as pesquisas decoloniais, capazes de mostrar perspectivas da história e pontos de vistas diferentes do passado colonizador nas Américas, precisam ser ampliadas e incentivadas.

Na tentativa de contribuir com a ampliação desse olhar “decolonial”, as análises sobre a Revolta de Tupac Amaru II realizadas por meio de uma discussão bibliográfica, mostram que as motivações dos revoltantes perpassavam razões econômicas, isso porque, a preservação da cultura inca era uma questão importantíssima do conflito. Dessa forma, concluo que a perspectiva cultural está no cerne da revolta.

De igual modo, a cultura é uma ferramenta crucial para compreender a relação dos indígenas com os europeus que viviam nas Américas, ao passo que por meio dela, é possível perceber que esses povos dialogaram ao longo do tempo. Com isso, os conceitos milenarismos e etnogênese (que tiveram grande utilidade nessa pesquisa), ajudam a entender essas comunicações culturais entre os europeus e indígenas. Ao trazer essa discussão para a revolta setecentista de Tupac Amaru II, pode-se observar elementos do cristianismo na cultura incaica daquele período e a simpatia de Tupac Amaru II com a figura do Rei Carlos III, ou seja, houve trocas entre esses povos que modificaram suas relações significativamente.

O protagonismo indígena na história também é enfatizado no texto, dado a sua importância para a revolta setecentista de Tupac Amaru II. Por meio da luta contra as reformas borbônicas e das inúmeras relações existentes entre os indígenas e os outros sujeitos que povoavam as Américas, é possível perceber a atuação dos povos originários no seu tempo bem como o impacto de suas ações na construção das Américas e do mundo.

Para que as reflexões presentes nesse trabalho tivessem impacto na prática, em especial na educação básica, a aula realizada no estágio supervisionado IV teve como objetivo levar para sala de aula essas discussões. Com o título “*Novos olhares sobre os povos indígenas: A resistência como forma de combater o preconceito*”, discuti com os discentes um acontecimento (a revolta) que identificava os povos indígenas como agentes de seu tempo, as relações culturais dos diferentes povos nas Américas e os preconceitos existentes contra os povos indígenas.

A discussão sobre preconceitos se mostrou necessária devido à sua presença massiva na sociedade brasileira. Dessa forma, envolvido pela abordagem decolonial, procurei combater esses preconceitos demonstrando que eles foram historicamente construídos. A figura de Tupac Amaru II e a revolta por ele capitaneada pode ser considerada uma forma legítima de combater esses preconceitos, já que ela evidencia os indígenas como sujeitos históricos que buscavam como todos outros povos, sobreviverem e expressarem sua cultura.

Através desse contato inicial, acredito que seja cada vez mais necessário realizar debates decoloniais sobre os povos indígenas em sala de aula, já que tais sujeitos como, por exemplo, no Brasil, continuam resistindo exaustivamente às opressões realizadas estruturalmente pelas sociedades do globo, ditas “civilizadas”. O

ambiente escolar é um local de extrema importância, para modificar a mentalidade eurocêntrica e preconceituosa, que permeia as relações em nosso dia a dia e a aprendizagem crítica e decolonial, com certeza é um dos caminhos na busca por uma sociedade mais diversa, igualitária e harmônica.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. **História das Américas: novas perspectivas**. Editora FGV, Rio de Janeiro, ago de 2011.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política no.11 Brasília maio/ago. 2013.

BORGES, Cristina. **A crítica decolonial em Enrique Dussel: Desmitificação da modernidade europeia**. Revista de Filosofia, v. 15, n. 2, pp. 184-195, 2017

CAVALCANTE, Thiago Leandro Viera. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa**. História (São Paulo) v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, São Paulo, 25ª Edição, 1996.

GARCIA, Elisa Fruhauf. **Os índios e as reformas borbônicas: entre o “despotismo” e o consenso**. In: História das Américas: novas perspectivas. Editora FGV, Rio de Janeiro, ago de 2011.

**GARIMPO aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/02/11/garimpo-aumenta-787percent-em-terras-indigenas-entre-2016-e-2022-aponta-inpe-infografico.ghtml>

GIBRAM, Paola Andrade. **Propostas cosmopolíticas e resistência indígena: um convite às festas Kaingang**. Cadernos de campo, São Paulo, n. 26, v.1, 2017

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Mito e História no contexto dos movimentos anticoloniais no Peru setecentista**. Anais do XVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 1993.

LINARES, Federico Navarrete. **Entre a cosmopolítica e a cosmohistória: tempos fabricados e deuses xamãs entre os astecas**. Revista de antropologia. Cidade do México, 2016.

MACEDO, Paulo César. **Revisionismo e negacionismos sobre a Ditadura Civil-Militar (2019-2022)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Tradução autorizada da edição em língua inglesa publicada por Routledge, parte do Tafor & Francis Group LLC, Editora da Unicamp, Campinas, 2010.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Tradução de Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 32 nº 94, 2017.

MIRANDA, Natalia de Souza. **Taki Ongoy e santidade de Jaguaripe: Uma análise comparada das idolatrias e resistências indígenas no peru e no Brasil coloniais (século XVI)**. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias.

PAIM, Elison Antonio & ARAÚJO, Helena Maria Marques. **“Diálogos possíveis entre produzir, ensinar e aprender histórias decoloniais”**. In: ANDRADE, Juliana Alves de e PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 31-46.

PAIVA, Adriano Toledo. **Os conceitos de Etnogênese: uma abordagem historiográfica**. Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Tradução: Marilda A.de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande, vol. 21, n.1, p.10-31, jan/jun, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Idolatrias e Milenarismos: a resistência indígena nas Américas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n. 9, 1992.